**Anuário Antropológico**

**I | 2012**
**2011/I**

*Ensaio bibliográfico*

# História como espiral: memórias e representações sobre a violência política na Argentina

*Review Article - History as spiral: Memories and representations of political violence in Argentina*

**Desirée de Lemos Azevedo e Liliana Sanjurjo**

**Edição electrónica**
URL: http://journals.openedition.org/aa/292
DOI: 10.4000/aa.292
ISSN: 2357-738X

**Editora**
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

**Edição impressa**
Data de publição: 1 julho 2012
Paginação: 291-302
ISSN: 0102-4302

**Refêrencia eletrónica**
Desirée de Lemos Azevedo e Liliana Sanjurjo, « História como espiral: memórias e representações sobre a violência política na Argentina », *Anuário Antropológico* [Online], I | 2012, posto online no dia 01 outubro 2013, consultado no dia 23 setembro 2019. URL : http://journals.openedition.org/aa/292 ; DOI : 10.4000/aa.292

## Ensaio bibliográfico

# História como espiral: memórias e representaçõessobre a violência política na Argentina

Desirée de Lemos Azevedo
PPGAS/IFCH/UNICAMP

Liliana Sanjurjo
PPGAS/IFCH/UNICAMP

**ROBBEN, Antonius C. G. M. 2008. *Pegar donde más duele: Violencia política y trauma social en Argentina*. Barcelona: Anthropos. 462 pp.**

Foi durante uma pausa em seu trabalho de campo no Brasil que o antropólogo holandês Antonius Robben viajou pela primeira vez à cidade de Buenos Aires. Caminhando certa tarde pela Plaza de Mayo, foi subitamente cercado por um grupo de mulheres que, angustiadas, contavam sobre o desaparecimento de seus filhos. De forma brusca, as senhoras foram afastadas por policiais, deixando-o para trás tão confuso quanto chocado.

O encontro com as "Madres de Plaza de Mayo" naquela tarde de abril de 1978 deixou o antropólogo intrigado. Passados dois anos desde o golpe de Estado que dera início ao chamado Proceso de Reorganización Nacional (1976-1983), a atitude daquelas mulheres parecia contrastar com a calma imperante, ao menos à primeira vista, na vida pública portenha daqueles dias. Tal tranquilidade revelou-se apenas uma impressão passageira quando, cinco anos mais tarde, Robben voltou a um país em pleno processo de democratização. Em 1983, novamente em abril e naquele mesmo cenário da Plaza de Mayo, Robben integraria, junto a mais 12 mil pessoas, uma marcha pelos Direitos Humanos. A multidão saía publicamente para exigir das autoridades informações sobre os milhares de desaparecidos políticos e as centenas de crianças sequestradas durante os anos ditatoriais.

Embora Robben tenha começado o trabalho de campo que deu origem ao seu livro somente em uma terceira viagem ao país em 1989, o autor inicia a narrativa com estas duas experiências anteriores. Recordá-las não é um artifício banal. Tais episódios se reverteram em *insights* para o seu trabalho por chamarem

a sua atenção para a importância das representações sociais sobre as multidões políticas, as "Madres" e o trauma na vida política argentina. Combinando trabalho de campo e pesquisa documental (realizada em diversos períodos entre os anos de 1989 e 2002 na capital federal e na província de Buenos Aires), o autor desenvolve uma análise sobre a violência política na Argentina que relaciona suas representações sociais ao que entende como um fenômeno de rememoração permanente do passado. Essa leitura vai se revelando ao longo do texto por meio de descrições etnográficas inquietantes que levam o leitor a refletir sobre as especificidades que constituem o campo dos conflitos associados às memórias da violência política nesse país.

Quando comparada às experiências ditatoriais do Cone Sul, a ditadura argentina é frequentemente apontada como um caso paradigmático, tanto devido ao extenso uso do desaparecimento forçado de pessoas como principal metodologia repressiva, quanto por conta da repercussão das respostas políticas, sociais e jurídicas a esse passado. Diversos autores têm procurado compreender desde o presente, mas sobretudo em face do passado ditatorial, os processos sociais que teriam levado ao aprofundamento do conflito político. Eles analisam em que medida as controvérsias que envolvem as representações sobre a história política do país e seus personagens (assim como as representações daquilo que se entende como próprio da *política*) adquirem relevância social, funcionando como fonte de conflitos nesse espaço nacional.[1]

O trabalho de investigação de Robben faz eco a estas questões, resultando em um livro instigante sobre o fenômeno da violência política e suas representações na Argentina da segunda metade do século XX. Nas palavras do autor, trata-se de um livro sobre os "múltiplos níveis da violência política e do trauma na Argentina". Afirmação da qual podemos depreender que trauma e violência política são categorias que exercem no estudo uma força organizadora, cuja relevância é brindada por sua inclusão no título original da obra. A partir delas, o autor desenvolverá sua análise, enfrentando o desafio de entender as razões que levam o passado de violência a se constituir no presente em um dos mais relevantes objetos de disputa política da nação.

Robben entende a repressão perpetrada durante os anos ditatoriais como o ponto culminante de um processo de radicalização do conflito político, cujo entendimento nos remete necessariamente a um retrocesso no tempo. Contudo, evitando incorrer em um essencialismo culturalista (tal como observado nos tradicionais estudos sobre caráter nacional dos anos 1940 e 1950[2]), o autor não buscará os fundamentos da violência na gênese desse Estado-nação ou nas guerras civis que sucederam a independência nacional no século XIX. Igualmente, se

recusa a iniciar a análise em 1976, ano do golpe militar. Robben sustentará ao longo do livro a hipótese de que a escalada de violência está relacionada de maneira intrínseca à origem do peronismo enquanto movimento social e, associado a isso, à inauguração de um período histórico no qual as multidões se tornariam a base da vida política argentina.

Começando, portanto, em 1945, com a constituição do movimento peronista, e terminando nos anos 1990, com as manifestações das "Madres" e demais integrantes do movimento de Direitos Humanos por Memória, Verdade e Justiça*,* o livro de Robben constitui uma etnografia contemporânea primorosa na interseção entre os campos disciplinares da antropologia e da história. O autor estruturou cronologicamente o livro em quatro partes, a partir das quais lança luz sobre os elementos que teriam levado ao que considera ser uma espiral de violência e de traumas sociais no país.

Na primeira parte, o autor discorre sobre a ascensão e o declínio das multidões políticas entre os anos de 1945 e 1976. Seguindo a assertiva de Neiburg (1992) sobre a mitologia política nacional, Robben elege como ponto de partida analítico o 17 de outubro de 1945, data emblemática que sintetizaria as duas questões consideradas por ele fundamentais para o entendimento do processo de radicalização da violência: ela marca o mito de origem do peronismo (o dia em que a classe trabalhadora ocupa a Plaza de Mayo e clama pelo retorno do líder)*,* ao passo que simboliza o surgimento das mobilizações massivas como parte constitutiva da cultura política do país.

Robben será categórico ao afirmar que a identidade peronista se constituiu em grande medida pautada na convicção do protagonismo histórico das multidões políticas, concebidas como capazes de resistir à repressão e determinar o destino nacional. Recorre, para tanto, a episódios de violência que marcaram a memória nacional – o bombardeio da Plaza de Mayo em 1955, o *Cordobazo* em 1969 ou o assim conhecido *Massacre de Ezeiza* em 1973 – a fim de demonstrar como o conflito político ganharia novos contornos com a emergência do peronismo, materializando-se em inúmeras multidões competitivas.

O autor introduz assim um dos principais argumentos do livro: na medida em que as mobilizações de rua e a violência coletiva se tornaram importantes expressões da prática política na Argentina, o receio da imprevisibilidade, do excesso coletivo e do potencial revolucionário das multidões populares levaria à radicalização da política repressiva e à instauração da mais violenta ditadura militar no país. Sobretudo no quarto capítulo, Robben é explícito ao demonstrar como a repressão estatal não se pretendeu apenas antirrevolucionária, mas baseou-se numa concepção completamente diferente do lugar dos líderes e das multidões na vida política

nacional. Segundo o autor, a política repressiva esteve dirigida principalmente para domesticar a sociedade, instalar a ordem e reproduzir a hierarquia social.[3]

Com a intenção de oferecer uma compreensão da escalada da violência armada entre 1955 e 1979, na segunda parte do livro a atenção do autor se volta para o processo de mimetização da violência perpetrada entre as organizações guerrilheiras e as Forças Armadas. Se no quinto capítulo Robben discute a resistência peronista e o aparecimento das organizações armadas, no sexto e no sétimo analisa como tais organizações passariam a justificar a sua própria violência a partir de uma lógica redentora e retributiva: as execuções por vingança se tornariam o modo predominante de engajamento nessa espiral de violência. Tanto as organizações guerrilheiras quanto as Forças Armadas utilizariam um discurso belicoso, fundamentado na lógica de aniquilamento do inimigo, expandindo progressivamente as fronteiras do grupo a ser combatido.

O oitavo capítulo é o mais interessante dessa segunda parte por apresentar uma explicação funcional para a espiral de violência: as guerrilhas e as Forças Armadas foram o reflexo de uma sociedade que, de forma altamente conflituosa e militarista, vinha travando uma disputa interna para definir parâmetros sociais, políticos e culturais antagônicos. De um lado ou de outro, estabeleceu-se um contrato social com o objetivo de perseguir uma comunidade moral e impor uma nova ordem cultural. As mortes simbolizariam assim um sacrifício necessário para o bem maior da nação, validando o uso da violência e moralizando os seus meios. Se a revolução almejada pelas organizações armadas e a restauração dos "verdadeiros valores nacionais" pretendida pelos militares foram projetos culturais irreconciliáveis, o que esteve em jogo, segundo Robben, não foi apenas uma disputa pelo poder, mas uma disputa pelo espaço da cultura e pelas condições sociais e culturais da nação.

Neste ponto o autor se depara com alguns dilemas éticos importantes. Como submeter a um esquema de explicação racional tal grau de violência? Como compreender os pressupostos culturais e ideológicos acionados por esses agentes sem justificar suas ações? Ao analisar o processo de mimetização da violência, como evitar igualar a ação de grupos civis à ação perpetrada por agentes em nome do Estado? Ao enfrentar estas questões, ainda que não ofereça respostas para todas elas, o autor parece defender, à semelhança de Adorno (2003) no ensaio "Educação após Auschwitz", que um confronto crítico com o horror (e suas razões) torna-se uma exigência inelutável para que ele não se repita "Nunca Mais".

A terceira parte do livro é dedicada justamente à análise das raízes históricas desse horror, expresso na tortura, nos desaparecimentos massivos e na política repressiva perpetrada pelo militares argentinos entre aos anos de 1976 e 1983.

A partir de depoimentos, documentos e declarações militares, o nono capítulo do livro recupera os fundamentos e os pressupostos ideológicos do projeto da Junta militar, revelando a proposta messiânica do Proceso de Reorganización Nacional de impor uma nova ordem cultural ao país.

Ao analisar o conflito nos termos de uma batalha pela identidade e pela cultura nacional, Robben sugere, como corolário, compreender a "guerra contra a subversão" como uma "guerra cultural". Nem a repressão às multidões, nem a proibição à oposição política, nem mesmo o aniquilamento das organizações armadas – consideradas apenas a primeira e a segunda etapas do "Proceso" e analisadas no décimo capítulo do livro – seriam suficientes para refundar as bases da nação argentina. Com o intuito de inibir definitivamente a tendência insurrecional das multidões populares e a capacidade de mobilização de um setor expressivo da sociedade, o terceiro teatro de operações militares se daria nas mentes e nos corações do inimigo, acessados por meio da tortura, da desaparição, do cativeiro, do assassinato e da reedução política.

Seguindo, portanto, a lógica e as etapas da política repressiva posta em marcha pelo Proceso de Reorganización Nacional, Robben dedicará especial atenção à análise da prática tortura (décimo primeiro capítulo), da detenção em centros clandestinos e presídios regulares (décimo segundo capítulo) e do desaparecimento forçado de pessoas (décimo terceiro capítulo). Segundo o autor, as três práticas ganhariam uma nova racionalidade nas mãos dos militares golpistas: mais do que meios para a obtenção de informação ou formas de se esquivar de responsabilizações posteriores, tais métodos perseguiram o propósito de destruir a socialidade, danar mentes, traumatizar as vítimas e alterar a pessoa. Seriam integrados assim como peças-chave da estratégia militar, vistos como única forma de garantir a vitória definitiva do "Proceso".

Embora o autor se limite a tratar do caso argentino sem enveredar por assertivas comparativas, o que chama a atenção durante a leitura é justamente a ênfase dada em demonstrar a especificidade desse projeto ditatorial: por um lado, a deliberada obstinação dos militares golpistas em, mais do que encarcerar, traumatizar a oposição política através da aplicação das práticas disciplinadoras (tortura – cativeiro – desaparecimento) e, por outro lado, a amplitude do grupo de afetados (de forma direta ou indireta) pela repressão. Se a guerrilha havia sido praticamente dizimada já no final de 1976, o que teria, segundo Robben, tornado a tortura e o desaparecimento tão perniciosos na Argentina é o fato de não serem concebidos como efeitos colaterais da guerra suja, mas como objetivos conscientes.

É da constatação de que a ditadura argentina pretendeu, em primeiro lugar, imprimir um novo ideal de sociedade na mente dos sequestrados e da população

do país como um todo que deriva a proposição do autor de compreender os anos de repressão como uma "guerra cultural". Desta caracterização se depreende um esforço de captar o que especifica a violência política na Argentina, levando o leitor a refletir sobre o que a diferencia das experiências análogas na região – diferença materializada naquilo que o autor chamará de pesadelo argentino: o desaparecimento forçado como política sistemática.

Assim, na quarta e última parte do livro, Robben analisará as implicações sociais do uso do desaparecimento forçado de pessoas como principal metodologia repressiva, concentrando-se no período que tange os anos de 1976 a 1990. No décimo quarto capítulo avalia como o trauma social gerado nos familiares das vítimas acabou funcionando como um importante catalisador de força política. O autor é bastante sensível a este aspecto e convincente ao mostrar como o parentesco atribuiu ao trauma um sentido militante, convertendo-o em fundamento da resistência política. Se a busca pelos desaparecidos abalaria a credibilidade do regime ditatorial, inclusive internacionalmente, sua conversão em demandas por "Memória, Verdade e Justiça" seria absolutamente fundamental para a conformação de novas práticas políticas e de um novo repertório discursivo da militância política no período democrático.

Focando assim na resposta política empreendida pelos familiares das vítimas, o décimo quinto capítulo analisa como o movimento de familiares, sobretudo o movimento das "Madres", constituiu-se enquanto uma mobilização de rua, tornando pública a face clandestina e secreta da ditadura: o desaparecimento forçado. Cultivando a neutralidade ideológica de maneira estratégica, as "Madres" transfeririam seu lamento mais íntimo ao lugar mais simbólico da nação, a Plaza de Mayo, desafiando assim o controle do espaço público pelo Estado. Para o autor, tal processo de expansão simbólica e espacial, que contribuiu para o retorno das multidões à vida política do país, funcionou como peça-chave no processo de abertura democrática.

Robben volta assim ao principal eixo analítico do livro: a importância das multidões na cultura política argentina e, com isso, a importância da convicção que guardam de seu protagonismo histórico e de sua capacidade em determinar o futuro nacional. Neste ponto, o que chama a atenção na narrativa de Robben é como a cronologia histórica à qual recorre constrói paulatinamente a substituição das multidões políticas e das organizações guerrilheiras – que, nascidas sob a égide do peronismo, dominaram as páginas da história do movimento social entre meados dos anos 1960 e 1970 – pelas "Madres", "Abuelas" e, posteriormente, "Hijos" e "Hermanos" – que se impuseram a partir dos anos 1980 e 1990. Embora a mudança não tenha dissolvido o conflito político, ela trouxe consigo a renúncia da violência como principal recurso de atuação política.

Robben encerra a quarta parte do livro com um último capítulo no qual se debruça sobre o contexto pós-ditatorial. Analisa, por um lado, as demandas e os desdobramentos da militância do movimento conformado pelos familiares de desaparecidos e, por outro lado, os conflitos gerados pelas disputas que envolvem a consolidação de uma memória pública hegemônica sobre o passado ditatorial no país. O autor destaca como, a partir de então, trava-se na arena discursiva uma disputa entre memórias, muitas vezes antagônicas e irreconciliáveis, que acabam por reatualizar os conflitos passados. Diferentes eventos ocorridos ao longo dos anos – a busca dos familiares de desaparecidos por "Memória, Verdade e Justiça", manifestações de rua, iniciativas institucionais como a Conadep,[4] julgamentos de agentes do Estado responsáveis por violações, leis reparatórias e anistias, aberturas de valas clandestinas e questões envolvendo a "restituição" da identidade dos filhos de desaparecidos "apropriados" quando bebês – são vistos como portas de entrada para o retorno de múltiplos sofrimentos.

Para Robben, esse permanente retorno ao passado caracterizaria uma sociedade traumatizada que ainda não encontrou um meio-termo para a violência e para o embate político que a dominam desde a metade do século XX. As partes do conflito continuam a cultivar um senso coletivo de vitimização, a rememorar suas perdas em termos beligerantes e a atribuir distintos significados aos mesmos eventos históricos. Essa luta pela consolidação de sentidos morais, políticos e históricos irreconciliáveis inviabilizaria, portanto, um processo efetivo de conciliação de uma memória coletiva.

Tendo isso em vista, o que a experiência argentina nos ensina, segundo Robben, é que a coleção de experiências traumáticas parciais não unifica um discurso, mas reforça o antagonismo social. Grupos políticos adversários continuam a ativar a produção de memórias sociais que jamais podem ser integradas ao nível da sociedade. Expressões como "guerra contra subversão" ou "terrorismo de Estado" – ou denominações aparentemente neutras como "Processo de Reorganização Nacional" ou "Ditadura Militar" – tornam-se indicativos de um julgamento histórico e moral, assim como de uma adesão política.

É, portanto, recorrendo às "multidões" e ao "trauma social" como duas das principais representações sociais sobre a violência política que Robben procura articular a fragmentação mnemônica descrita em seu relato etnográfico para o denso trabalho de recuperação de décadas de violência política no país. Daí que tenha se mostrado interessado nos processos pelos quais essas narrativas políticas vão ao encontro daquelas sobre a história e o caráter nacional. É justamente nesse encontro que surge o protagonismo das multidões como um dos mitos políticos argentinos, narrativa mestra capaz de sobrepor e comprimir temporalidades

históricas. Sendo assim, os elementos historiográficos convocados valem ao autor uma perspectiva que extrapola a etnografia demarcada exclusivamente pelo presente, fazendo com que a sobreposição de temporalidades característica de seu texto seja, a um só tempo, reflexo de seu dado etnográfico e de sua própria compreensão analítica. A ascensão e o refluxo das multidões (assim como o trauma social) servem, portanto, de ordenadores da leitura de cinco décadas de história do país.

Posto isto, um dos pontos interessantes dessa leitura oferecida por Robben refere-se ao uso de distintas temporalidades: uma cíclica e outra de sentido progressivo. Por um lado, há uma cronologia que apresenta o processo histórico de agravamento e radicalização da violência política. Essa temporalidade influencia inclusive a opção do autor pela construção da narrativa em sequência cronológica. Por outro lado, Robben observa que o processo histórico segue uma dinâmica cíclica: a violência dos confrontos políticos traumatiza os atores envolvidos, gerando como consequência novas ações violentas. A dinâmica violência-trauma-violência constituiria, nas palavras do autor, uma espiral, um processo de mudança estruturada no tempo em que a violência política mediada pelo trauma social conduziria o processo histórico. A interpretação guarda semelhança com aquela oferecida por Sahlins (1990) em Ilhas de História, onde os eventos e as ações do presente são interpretados à luz de eventos passados e de acordo com esquemas de significação preexistentes, mas que podem produzir, ao fazê-lo, novos significados. Nesse sentido, não perde de vista que estes mesmos esquemas de significação possuem uma gênese, oferecendo uma análise de como foram forjados historicamente na prática social.

Vale dizer ainda que, embora se servindo da noção de trauma social, tão marcada pelos estudos do Holocausto e da Segunda Guerra Mundial, Robben é capaz de articular uma compreensão circunstanciada do contexto argentino, lembrando-nos que o trauma é uma construção cultural específica. Afastando-se da tentação de tomar o trauma como um fenômeno universal, o autor observa como esta noção é mobilizada em representações sociais sobre elementos duradouros naquela sociedade, reconhecidos como próprios da experiência histórica e da identidade argentinas. Remetendo-se à tese de Plotkin (2001), Robben entende que a resposta traumática pode ser atribuída ao fato de a psicanálise constituir-se como uma linguagem social e como um dos modelos interpretativos mais significativos sobre a condição humana no caso argentino.

Nessa direção, o estudo de Robben lança luz para pensar em que medida as respostas às experiências de violência não são unívocas. O silêncio e o esquecimento, por um lado, e a rememoração, a reiteração e a reativação permanente

da experiência, por outro lado, não são processos intrínsecos ao trauma social e à violência, mas dependem de circunstâncias políticas, culturais e históricas específicas. Esta ressalva é importante, visto que as duas décadas de silenciamento sobre o Holocausto na Europa foram comumente explicadas pelo suposto impulso humano em reprimir memórias traumáticas.[5]

Sendo fiel ao pressuposto de abordar a cultura enquanto processo, o livro de Robben constitui uma contribuição relevante aos interessados nos estudos sobre violência e memória social, oferecendo, sobretudo, uma reflexão alternativa sobre a cultura política da memória na Argentina pós-ditatorial. A centralidade alcançada pelos direitos humanos na vida política do país é geralmente tomada como uma consequência dessa cultura. Porém, Robben também a vê como responsável por manter o país divido pelo trauma coletivo. Indo ao encontro de proposições teóricas de autores como Pierre Nora (1989) ou Tony Judt (2007), o autor vê na possibilidade de elaboração de narrativas comuns uma oportunidade de reconciliar a sociedade e superar traumas passados. Concordando ou não com esta proposição, o leitor é provocado a problematizá-la e a refletir sobre o papel que cumpre a memória na construção de acordos sociais pautados em noções como "Justiça, Direitos Humanos e Democracia". O livro pode servir, ainda, aos interessados em ampliar a perspectiva comparativa entre experiências pós-ditatoriais de diferentes contextos nacionais e regionais. Pode funcionar, por exemplo, como contraponto para pensar a experiência brasileira, cujo período pós-ditatorial esteve em grande medida marcado pelo consenso e pelo silêncio. Uma leitura que, em tempos de Comissão da Verdade, é mais que bem-vinda ao leitor brasileiro.

## Notas

1. Como exemplos de análises que nos remetem a estas questões estão os textos de Calveiro (2008), Dellasoppa (1998), Duhalde (1999), Guber (1996, 2000), Neiburg (1995, 1997), O'Donnell (1982, 1983), Perelli (1992, 1994) e Sarlo (1985, 2007).

2. Para uma análise da trajetória dos estudos sobre "caráter nacional" no campo disciplinar da antropologia ou para uma reflexão crítica sobre os limites e os rendimentos analíticos desses estudos, ver o artigo de Goldman e Neiburg (1999).

3. Neste ponto a argumentação de Robben é bastante próxima daquela apresentada por Guillermo O'Donnell em um livro-ensaio de 1984. Ao comparar a violência perpetrada pelas ditaduras na Argentina e no Brasil, O'Donnell argumenta que, no caso argentino, o caráter amplo e extremista da repressão pode ser atribuído ao fato de o projeto militar não identificar as causas da "verdadeira subversão" no aparelho estatal, nas guerrilhas ou no "corporativismo sem tutela", mas antes "[...] en los rincones de la sociedad en su capacidad – antagónica, altanera y plebeya – de retrucar todo el tiempo sin dejar de jugar" (O'Donnell, 1984:24).

4. Constituindo-se como uma das primeiras ações do governo democrático de Raúl Alfonsín e pioneira do gênero na América Latina, a Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep) foi instaurada com o objetivo de investigar a verdade acerca das violações cometidas no período ditatorial. Formada em 1984, a iniciativa resultou na elaboração do Informe Nunca Más, tornando-se um dos livros mais lidos no contexto pós-ditatorial. Para o informe, ver Conadep (2009). Para uma análise do processo de elaboração do informe, de circulação social de seu relato ou das polêmicas e críticas suscitadas pelo prólogo de Ernesto Sábato, ver Crenzel (2008).

5. Os estudos de Pollak (2006) sobre a produção de memórias, silêncios e esquecimentos, no contexto de suas pesquisas sobre o genocídio nazista, sem dúvida alguma apresentam reflexões relevantes sobre a relação entre a singularidade e a universalidade das experiências humanas em face de situações-limite. Talvez uma de suas principais contribuições tenha sido demonstrar, através de estudos de caso, em que medida a existência e a comunicabilidade do testemunho dependiam de condições sociais que variavam de forma significativa no tempo e no espaço.

## Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. 2003. "Educação após Auschwitz". In: ___. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra. pp. 119-138.

CALVEIRO, Pilar. 2008. *Poder y Desaparición. Los Campos de Concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue.

CONADEP. 2009. *Nunca Más. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*. Buenos Aires: Eudeba.

CRENZEL, Emilio. 2008. *La Historia Política del Nunca Más. La Memoria de los Desaparecidos en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

DELLASOPPA, Emilio. 1998. *Ao Inimigo nem Justiça: Violência Política na Argentina 1943-1983*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP.

DUHALDE, Luis Eduardo. 1999. *El Estado Terrorista Argentino: quince años después, una mirada critica*. Buenos Aires: Eudeba.

GOLDMAN, Marcio & NEIBURG, Federico. 1999. "Antropologia e Política nos estudos de Caráter Nacional". *Anuário Antropológico,* 97:105-138.

GUBER, Rosana. 1996. "Las Manos de la Memória". *Anuário Antropológico*, 95:191-221.

_______. 2000. "Um gaucho e dezoito condores nas Ilhas Malvinas". *Mana: Revista de Antropologia Social*, 6 (2):97-125.

JUDT, Tony. 2007. "Da casa dos mortos. Ensaio sobre a memória europeia moderna". In: ___. *Pós-guerra. Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva.

NEIBURG, Federico. 1992. "O 17 de Outubro na Argentina: espaço e produção social do carisma". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (7), out.

_______. 1995. "Politização e Universidade na Argentina". *Novos Estudos CEBRAP*, 53:119-135, março.

_______. 1997. *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo: Estudos de Antropologia Social e Cultural*. São Paulo: Edusp.

NORA, Pierre. 1989. "Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire". *Representations*, 26:7-24, Spring.

O'DONNELL, Guillermo. 1982. "A Argentina antes e um pouco depois das Malvinas". *Novos Estudos CEBRAP*, 1 (4):9-14.

_______. 1984. ¡Y a mí, que me importa!: Notas sobre sociabilidad y política en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Estudios CEDES.

PERELLI, Carina. 1992. "Settling Accounts with Blood Memory: The Case of Argentina". *Social Research*, 59 (2):415-451.

_______. 1994. "Memoria de Sangre: Fear, Hope and Disenchantment in Argentina". In: J. Boyarin (ed.). *Remapping Memory: The Politics of Timespace*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press. pp. 39-66.

PLOTKIN, Mariano B. 2001. *Freud in the Pampas: The Emergence and Development of a Psychoanalytic Culture in Argentina*. Stanford: Stanford University Press.

POLLAK, Michael. 2006. *Memoria, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones límite.* La Plata: Ediciones Al Margen.

SAHLINS, Marshall. 1990. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SARLO, Beatriz. 1985. "Uma Alucinação Dispersa em Agonia". *Novos Estudos CEBRAP*, 11:34-39, jan.

_______. 2007. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva.* São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/Editora UFMG.